

Artigo / Article

O repetível de um gênero do discurso e o repetível da história: centralização e universalização

The repeatability of a discourse genre and the repeatability of history: centralization and universalization

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa 

Universidade de São Paulo, Brasil

mcorrea@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-3638-7086>

Recebido em: 31/05/2024 | Aprovado em: 20/11/2024

Resumo

Neste trabalho, assumimos o repetível dos gêneros do discurso para estabelecer um paralelo entre duas cartas emblemáticas na história da produção literária (e documental) do Brasil: a *Carta pras Icamiabas* (capítulo do romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade) e a *Carta de Caminha*. No repetível dos gêneros habita também o repetível da história e é essa a leitura que, neste trabalho, orienta a exploração da imanência do dado histórico no dado linguístico. Ambas as cartas apresentam um deslocamento no espaço, uma viagem. Como resultado, temos: a) no caso da *Carta de Caminha*, um dado de centralização do poder por um estado e um soberano, linguisticamente presente na busca de exatidão para as descrições e cálculos, como elementos universalizáveis; b) no caso da *Carta pras Icamiabas*, a centralização do poder é pura quimera e a universalização não passa de contenção, apesar do anúncio hiperbólico - fora de qualquer pretensão de exatidão - de um poder que gira em falso; c) as aproximações entre as duas cartas, marcadamente por um pedido de ajuda, põem o aspecto lendário do herói mítico na ordem da personagem histórica, ao mesmo tempo em que permite observar o ser histórico encarnado no escrivão oficial em seu aspecto lendário.

Palavras-chave: *Carta de Caminha* • *Carta pras Icamiabas* • Carta

Abstract

In this paper, I assume the repeatability of discourse genres to establish a parallel between two emblematic letters in the history of Brazil's literary (and documental) production: the Letter to the Icamíabas (a chapter in Mario de Andrade's novel *Macunaíma*) and the Letter of Pero Vaz de Caminha. The repeatability of genres is also home to the repeatability of history and this is the reading that, in this work, guides the exploration of the immanence of historical data in linguistic data. Both letters present a displacement in space, a journey. I conclude that: (a) in the case of Letter of Caminha, there is the centralization of power by a state and a sovereign, linguistically present in the search for accuracy in the descriptions and calculations of power, as universalizable elements; (b) in the case of the Letter to the Icamíabas, the centralization of power is pure chimera and the universalization is nothing more than containment, despite the hyperbolic announcement – outside any pretension of accuracy – of a power that is spinning in a false direction; (c) the closeness between the two letters, marked by the request for help, places the legendary aspect of the mythical hero in the order of the historical character, at the same time as allowing me to observe the historical being embodied in the official scribe of the armada in his legendary aspect.

Keywords: *Letter of Caminha* • *Letter to Icamíabas* • Letter

Introdução

Neste trabalho¹, assumimos o repetível dos gêneros do discurso para estabelecer um paralelo entre duas cartas emblemáticas na história da produção literária (e documental) do Brasil: a *Carta pras Icamíabas* (capítulo do romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade) e a *Carta de Caminha*. No repetível dos gêneros habita também o repetível da história e é essa a leitura que, neste trabalho, orienta a exploração da imanência do dado histórico no dado linguístico. Ambas as cartas apresentam um deslocamento no espaço, uma viagem. No caso de Caminha, esse deslocamento está contextualizado na história das navegações. No caso da viagem exploratória do interior do Brasil para a cidade de São Paulo, criada por Mário de Andrade para a personagem de *Macunaíma* e seus irmãos, trata-se de uma exploração etnográfica meio ao contrário, em que o sujeito comumente suposto como objeto de investigação (no caso, o próprio *Macunaíma*) se assume como imprevisto (e, a seu modo, insuspeito) investigador. Desse modo, a *Carta de Caminha*, que é situável numa suposta transparência da história oficial – baseada na também suposta linearidade dos acontecimentos históricos –, ganha consistência histórica pela relação de interlocução estabelecida entre o escritor (remetente) e o rei de Portugal D. Manoel (destinatário), ao comunicar o chamado

¹ Este trabalho, sob o título *O modo de constituição da Carta de Caminha e da Carta pras Icamíabas: breve paralelo*, foi apresentado inicialmente como produto final da disciplina Curso de Teoria Geral do Romance, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto Schwarz, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp), em 1989. Nesta versão, além do título, foram alteradas várias passagens.

“descobrimento do Brasil”. Na *Carta pras Icamiabas*, é o herói que se desloca, já sem a proteção sobrenatural da Muiraquitã e pede ajuda financeira às suas súditas. Para estabelecer o paralelismo entre elas, buscamos concebê-las como arquivo (registro histórico corriqueiramente tomado como prova e evidência de fatos passados) e, ao mesmo tempo, como opacificação do arquivo que, da história, aparece como o *iceberg* do qual a materialidade linguística é apenas a superfície.

O trabalho está dividido em cinco partes, nas quais são abordados os seguintes temas: o repetível da história em duas cartas, a preparação da viagem e os lugares onde deixar as consciências, a viagem e os efeitos de centralização e universalização, as duas cartas como exemplares nada óbvios desse gênero do discurso, uma breve conclusão e a apresentação das referências.

1 O repetível da história em duas cartas

Os diários de bordo, os relatos de viagens e as cartas de reconhecimento podem ser tomados de várias maneiras, ganhando em cada uma delas uma tonalidade específica². Assim,

² Cabe aqui uma observação sobre o termo “carta” como nome do gênero em *Carta de Caminha* e *Carta pras Icamiabas*. A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, responsável, em 1965, pela “transcrição do texto de Caminha” e pela elaboração de um “glossário de termos quinhentistas para a coleção Nossos Clássicos, da Livraria Agir Editora” (SILVA, 2010, p. 26) publica esse artigo de 2010 com o sugestivo título: “A carta-relatório de Pero Vaz de Caminha”, situando o documento entre a carta e o relatório. Segundo a autora, “não estamos perante um simples relato de viagem, semelhante àqueles que tinham resultado da navegação dos portugueses para a África e para a Índia, e que geralmente eram redigidos pelos pilotos ou pelo capitão da armada. A especificidade do texto de Caminha reside no tipo de observações feitas e nos comentários pouco habituais nos escrivães das naus quatrocentistas.” (Silva, 2010, p. 26). Na mesma passagem, a autora destaca os “dotes literários” de Caminha, que seriam “superiores aos de seus congêneres” (Silva, 2010, p. 26). Além disso, lembra que essa carta-relatório é “uma correspondência em um só sentido, uma vez que o destinatário não iria responder ao escrivão, e também [...] uma carta muito especial, na medida em que tinha igualmente como objetivo requerer mercê ao rei, em retribuição ou graça pelo serviço prestado de narrar tão minuciosamente suas observações na terra desconhecida. [...] A carta-relatório era, portanto, encarada pelo emissor como um serviço que possibilitaria a concessão de uma mercê.” (Silva, 2010, p. 26). Embora a caracterização do documento histórico justifique a nomeação de carta-relatório, não é necessariamente essa caracterização que justifica o paralelo entre as duas cartas, proposto no presente artigo. Não importa tanto saber como a carta se configurava no século XVI e no final da década de 20 do século XX, época da publicação de *Macunaíma*. Mais importante é partir do fato de que, na *Carta pras Icamiabas*, Mário de Andrade propõe uma paródia da carta escrita e assinada por Caminha no século XVI. Eis, portanto, na relação paródica construída entre elas, o ponto comum que justifica atribuir-se a ambas o mesmo nome ao gênero do discurso produzido. Afinal, a aproximação da *Carta pras Icamiabas* à *Carta de Caminha* (inclusive a identificação do gênero com o mesmo nome) é uma necessidade para que as inversões propostas por Mário de Andrade façam sentido. Explorando esse aspecto como parte da composição do protagonista da *Carta pras Icamiabas*, Pizarro (2008), comenta que “en el texto epistolar, Andrade recurre a una apropiación paródica [...], recurso que, al acentuar determinados rasgos lingüísticos sobre otros, permite forjar una máscara para el protagonista” (Pizarro, 2008, p. 183).). A respeito do seu caráter paródico em relação ao texto da *Carta de Caminha*, vale lembrar a observação de Fonseca (1988) sobre uma outra direção dessa paródia: a do “discurso bacharelesco”, frequente no “meio intelectual atrasado e dependente” da época. Essa afirmação foi extraída da reprodução de capítulo – originalmente publicado pela autora em 1988 –, acessível na internet. Fonseca assim complementa seu comentário à paródia: “Apesar da propriedade dos ataques, não se pode esquecer o caráter circunstancial que acompanha o desconcerto satírico. Deste ponto de vista a Carta tem limitação de época, e Mário tem plena consciência do fato. Num estilo epistolar sublinha o capítulo como um relato histórico, a modo dos cronistas

e no caso das cartas, pode-se tomá-las do ponto de vista do senso comum e tê-las como simples meio de comunicação; pode-se tomá-las sob um aspecto linguístico e tratá-las, por exemplo, como exemplares da língua de uma época; pode-se avaliá-las pelo seu valor literário; pode-se, outras vezes, tomá-las como de interesse para a história e vê-las, então, como documentos.

Nossa abordagem pretende se distanciar de tudo isso. Procuraremos encarar a *Carta de Caminha* e a *Carta pras Icamíabas* como dois fatos históricos individuais não singulares, no sentido de que sua individualidade se dá no interior de um repetível da História e não como uma singularidade irrepitível. Além desse ponto de vista, baseado em Paul Veyne (1983, p. 33), procuraremos adotar o método que, em relação aos aspectos formal e não-formal, Antônio Cândido chama de reversível, na medida em que se move em dois sentidos: chega ao não formal partindo do formal e vice-versa (cf. 1974, p. 799).

A *Carta de Caminha*, cujo nome tem a personalidade que o modificador lhe atribui, não tem fugido ao tratamento de praxe. Desde que ressurgiu, no século XIX³, das cinzas nos olhos dos outros – a cobiça dos concorrentes pela exploração de novos mercados impunha a ela, na época dos descobrimentos, recatos de donzela – não cessou de deixar-se violar. Com a mudança da Família Real para o Brasil, passa progressivamente a ser fonte documental indispensável para pesquisadores portugueses e brasileiros e ganha, na sua passiva indiferença, matizes jurídicos (é tida como a certidão de nascimento do Brasil) e prestígio literário (não faltam elogios ao estilo de Caminha)⁴, ficando esquecido o seu caráter primeiro de documento confidencial.

Não fosse o papagaio Aruaí, também a *Carta pra Icamíabas* poderia estar ainda enrodilhada em algum canto do Arquivo da Torre do Tombo à espera de algum padre editor. Com efeito, sabe-se que uma das últimas provas testemunhais acerca das icamiabas data de junho de 1541. A testemunha: Frei Gaspar de Carvajal que, se na batalha com uma dezena dessas mulheres perdeu, com certeza, um olho, por pouco - parece - não perde a cabeça:

estas mujeres son muy blancas y altas y tienen muy largo el cabello y entranzado y revuelvo a la cabeza, y son muy membrudas y andan desnudas en cueros, tapadas sus verguenzas,... (Camara Cascudo, 1983, p. 325).

da descoberta (e não apenas) que parodia, delimitando o tempo (dia, mês e ano)” (Fonseca, 1988, p. 9 da reprodução disponível na internet).

³ Segundo Cortesão, "os que sumariamente ajuízam da política de D. Manuel, ou dalguns dos monarcas que lhe sucederam, por certos silêncios ou carência de escritos, esquecem que o monarca àquela data tinha o maior interesse em lançar poeira nos olhos da Espanha para assim protelar, como protelou, o conflito das soberanias no Novo Mundo:" [...] "Assinalou-a primeiro, com perfeita consciência de seu valor excepcional, o português José de Seabra da Silva; pela primeira vez a publicou o português Pe. Manuel Aires do Casal" (Cortesão, 1943, p. 29 e 34). "...somente conhecida e divulgada em princípios do século XIX pelo padre Aires do Casal" (Almeida Prado, 1965, p. 37).

⁴ "Mas o escritor que êle é, alvorece na pele do escrivão. Seus raros dotes de narrador, sua profunda intuição humana não conseguem libertar-se dos vincos profissionais e limitações do ofício. Se a probidade, com que numera e duvida, acentua o caráter científico do seu testemunho, o abuso do número, a hesitação de quem tateia, e a fragmentação [...] do relato, propícia às repetições, prejudicam o vigor e a unidade descritiva" (Cortesão, 1943, p. 23).

Carta, no entanto, o frei não mencionou nenhuma, mérito pessoal do narrador-rapsodo que, sabendo do caso por Aruaí que soubera por *Macunaíma*, ficou "para contar a história".

Ainda uma palavra sobre a *Carta pras Icamiabas*. Procuremos estabelecer, como observação prévia, um nível de consistência mínimo para, então, propormos um paralelo mais próximo, ainda que breve, entre os dois textos. Para tanto, buscando transpor uma primeira leitura mais plana do texto, vamos, muito brevemente, problematizar a construção da rapsódia como um "causo" em oposição à construção da carta que nele está incluída. Nosso objetivo é desentranhar, da forma que está dada para a interlocução ficcional da carta, elementos referentes à constituição histórica dessa interlocução, que, no final, constituem o(s) sentido(s) dessa forma e dela ganham o(s) seu(s).

É de domínio corrente que a fórmula "ficou para contar a história", presente no epílogo de *Macunaíma*, serve para terminar "causos", isto é, "relatos orais e tradicionais de contornos verossímeis" que podem versar sobre "fatos possíveis, como também [...] se referir a episódios com abstração histórico-geográfica" (Tavares de Lima, 1972, p. 33 e 40).

A carta, uma forma de comunicação mediada pela escrita, sugere o caminho tortuoso que lhe é próprio na sua entrada para o caso de que acaba por fazer parte. Assim, por fazer parte da simulação de um caso, pode-se atribuir-lhe procedência oral, mas, ao mesmo tempo, deve-se reconhecer sua anterioridade em relação a todo o resto do livro, pois trata-se efetivamente de uma carta - produção já escrita -, contrapondo-se, por isso, ao tom falado que caracteriza a (re-)escritura do caso como um todo⁵.

Em outras palavras, Aruaí pôs em circulação oral algo de procedência escrita, e o narrador-rapsodo repôs em circulação escrita o que recebeu de procedência oral. Com efeito, as próprias icamiabas são como que aderentes à escrita, recolhem-se nos relatos e, a exemplo do papagaio Aruaí, abrem asas e rumam para Lisboa. É o que se pode depreender do testemunho datado de Frei Carvajal e das seguintes afirmações de Câmara Cascudo: "na literatura oral brasileira as Amazonas não deixam rasto" (1983, p. 326), trata-se "de uma tradição que nos veio por mão de letrado e entre letrados ficou e andou, endoidando aventureiros e dando cabelos brancos aos estudiosos de asas impacientes. As Amazonas - continua o autor - impressionaram muito as inteligências dos colonos, mas dos colonos que tinham livros" (1983, p. 326). E para terminar o tópico "As Amazonas", em sua *Geografia dos mitos brasileiros*, em uma brincadeira que nos sugere a mesma presença da escrita (por meio da carta) na fala (do caso) na composição de *Macunaíma*, Câmara Cascudo joga, a seu modo, com a precedência do oral sobre o escrito e o faz da seguinte forma: depois de tratar nas duas primeiras partes de seu livro os "Mitos primitivos e gerais" e os "Mitos secundários e locais", introduz, na parte final do livro – a dos “Adendos” –, "As Amazonas", por se tratar de uma lenda de tradição escrita,

⁵ Cf. "A *Carta pras Icamiabas*" de Maria Augusta Fonseca, a respeito do jogo "processo escrito/relato oral/texto escrito", edição crítica organizada por Telê Porto Ancona Lopes (1988, p. 290). Cabe observar aqui que o que estamos procurando mostrar é que essa passagem está ligada a uma imposição do destinatário.

enunciando, para finalizar o tópico, a proposital contradição: "Por isso [por não serem de tradição oral] não as deixei entrar neste livro [mas entraram]" (1983, p. 326).

Dessa forma, o ciclo escrita/oralidade/escrita seguido pela carta, aponta a escrita como o reduto privilegiado por essa lenda (?) na tradição histórico-cultural brasileira. As icamiabas ou amazonas permanecem presas a essa forma que lhes é própria, ao menos até o momento tem sido assim.

Por outro lado, a muiraquitã, motivo do deslocamento de *Macunaíma* para São Paulo, é marca da ausência de Ci, uma icamiaba, marca essa que é, ao mesmo tempo, uma forma de presentificar o ausente. Ora, a escrita, meio pelo qual *Macunaíma* retoma o contato com as icamiabas é, a exemplo do amuleto, um modo de presentificação. Novamente as icamiabas se plasmam na escrita, neste caso como interlocutor presente. Resta saber se há simetria nessa interlocução, isto é, se *Macunaíma* chega a se presentificar para as icamiabas. Isto, no entanto, Aruaí não contou.

Sendo as notícias das icamiabas historicamente datadas e pertencendo, portanto, a uma circulação temporal estranha aos errantes do mato virgem, trazem, nesse traço alienígena, a armadilha da referencialidade. Ganhar a muiraquitã, marca da icamiaba, é receber a marca de uma história: *Macunaíma* imperador, "branco louro e de olhos azuizinhos", sem moeda que tenha poder de troca, *Macunaíma* em São Paulo. Eis o contexto a partir do qual *Macunaíma* se constitui como remetente da *Carta pras Icamiabas*. Irremediavelmente dentro e fora de sua própria história, *Macunaíma* está **dentro** dela porque é uma diferença que, desconsiderada, marca-se, apesar disso, como uma ausência eloquente, fazendo-se presente, de forma paradoxal e incontornável, na história de seu território; está **fora** dela por sua suposta indiferenciação histórica, visão eurocêntrica que separa, de um lado, essa indiferenciação histórica de uns (visão que atribui um tempo circular ao que chama *homem primitivo*) e, de outro lado, o homem com história (para o qual a mesma visão atribui a permanência dos registros por transmissão oral e/ou pela escrita); apagando-se o fato de que a história se caracteriza por diferentes *práticas do tempo* (Bensa, 1997), o que barra esse tipo de dicotomização. Ao perder a muiraquitã, *Macunaíma* vê-se separado da marca que lhe assegura a inserção em sua nova circulação temporal. Longe de seu império – remota promessa em seu primeiro passo para uma outra história –, e com modos de acafajestado – jogo entre sua suposta malícia primitiva e a necessária malícia para fazer frente à ordem econômica da cidade grande – o Imperador do mato virgem escreve de São Paulo para a sua terra a fim de pedir dinheiro às súditas. O lugar de partida e o de chegada da carta representam, assim, dois momentos do mesmo processo. E há a agravante de a muiraquitã estar perdida: o império do herói deixa de ser promessa para ser nostalgia frente ao seu conseqüente desencontro em relação à sua nova circulação temporal. Mais uma razão para escrever uma carta.

É, portanto, no interior dessa marcação histórica de *Macunaíma* e das Icamiabas que procuraremos levantar algumas possibilidades de relação entre as duas cartas. Naturalmente, essas possibilidades de relação são muitas e poderiam refletir, cada uma a seu modo, inúmeros problemas de nossa configuração histórico-cultural.

Quanto a nós, tomaremos, inicialmente, o momento que precede a redação de cada uma das cartas, ou seja, trataremos de examinar o traço mais fundamental na preparação da viagem de Pero Vaz de Caminha e *Macunaíma*, respectivamente, para Porto Seguro (para as Índias?) e São Paulo. Procuraremos, em seguida, construir, por meio da viagem propriamente dita e dos dois viajantes, categorias de análise que deem alguma determinação a esse movimento espaço-temporal. Por fim, vamos trabalhar com o arcabouço da carta, procurando ver na relação remetente/destinatário os modos de inserção que as personagens envolvidas apresentam na medida em que ocupam os polos formais de interlocução e a ligação que essa inserção formal tem com a produção dos sentidos das cartas.

2 Preparando a viagem: onde deixar as consciências

Observemos os dois trechos abaixo:

(1) "Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que ví e me pareceu" (Caminha *apud* Cortesão, 1943, p. 199).

(1a) "No outro dia 'já conhecido o paradeiro da muiiraquitã' *Macunaíma* pulou cedo na ubá e deu uma chegada até a foz do rio Negro pra deixar a consciência na Ilha de Marapatá. Deixou-a bem na ponta dum mandacaru de dez metros, pra não ser comida pelas saúvas" (Andrade, 1976, p. 47).

Desconsideremos, de imediato, nesses trechos, o fato de que o de Caminha já faz parte da carta propriamente dita enquanto o de Mário de Andrade pertence ao capítulo em que *Macunaíma* e seus irmãos partem para São Paulo (anterior ao da carta). Como vimos, a interlocução da *Carta pras Icamíabas* fundamenta-se no processo de transformação sofrido por *Macunaíma* desde a posse da muiiraquitã e, como veremos, também essa parte introdutória da *Carta de Caminha* se mostra como uma anterioridade em relação ao ato mesmo de escrever a carta.

Do primeiro recorte, podemos dizer que Caminha ensaia uma vontade de objetividade em nome da autoridade do rei. Nesse sentido, propõe-se, como sabemos, em nome dos interesses econômicos, religiosos e políticos de Portugal, não exercer a sua imaginação, mas, ao contrário, relatar somente "o que viu e lhe pareceu". Note-se que essa afirmação de Caminha implica a visão de que as coisas são tidas como aquilo que se vê e que se diz⁶. Atinando ou não com a construção que faz dos fatos, a precisão que pretende ao dar conta do que viu é atribuída apenas ao seu juízo pessoal, garantido por uma certa compostura, prerrogativa, no entanto, das testemunhas fiéis ao rei e à maior glória da fé católica.

A propósito, Jaime Cortesão anota a "tradição burguesa" da família de Caminha. Seu pai, Vasco Fernandes, foi "por grande tempo 'criado e ensinado' por Pedro Anes, chanceler e

⁶ Carlos Vogt chama a atenção para esse fenômeno ao lembrar Michel Foucault, dizendo: "Linguagem e mundo não se confundem. Palavras e coisas desgarram-se umas das outras há muito tempo. Desde o Século XVI, segundo o livro famoso de Foucault. [...] O símbolo nasce dessa distância." (Vogt, 1982, p. 7).

escrivão das apelações do arcebispo de Braga". Além disso, Vasco Fernandes ocupou cargos que implicavam "o conhecimento e a prática da escrivania", tendo sido perfilhado por Pero Anes em razão de "muito grande obediência e bom conhecimento e muita prestatça e boas obras". É relevante ainda o fato de que foi sepultado num mausoléu no mosteiro de S. Francisco, na cidade do Porto, o que, segundo Cortesão, "denuncia, sem dúvida, jerarquia social"(Cortesão, 1943, p. 43-4).

Como vemos, se a consciência de *Macunaíma* ficou na ilha de Marapatá, a de Caminha ficou em Lisboa. *Macunaíma* deixa a sua em favor de um salto para outra história; Caminha em favor de não se desligar da antiga. Resta saber o que sobrou de cada uma delas.

3 A viagem: universalização e centralização

Examinemos os fragmentos que se seguem:

(2) e Domingo, 22 do dito mês 'março', às dez horas, pouco mais ou menos, houvermos vista das Ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da Ilha de São Nicolau,...

Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligencias para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais!

... até que, terça feira das Oitavas de Páscoa, que foram vinte e um dias de abril, estando da dita ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topámos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os marentes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E, quarta-feira seguinte, pela manhã topámos aves a que chamam furabuchos.

Neste dia, a horas de véspera, houvermos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome - o MONTE PASCOAL e à terra - TERRA DE VERA CRUZ.

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças; e ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças - ancoragem limpa. Ali permanecemos toda aquela noite. E à quinta feira... [...] E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos (Caminha *apud* Cortesão, 1943, p. 200-201).

(2a) muitos casos sucederam nessa viagem por caatingas rios corredeiras, gerais, corgos, corredores de tabatinha matos-virgens e milagres do sertão. *Macunaíma* vinha com os dois manos pra São Paulo. [...]

[...] *Macunaíma* apartou pra viagem nada menos de quarenta vezes quarenta milhões de bagos de cacau, a moeda tradicional. Calculou com eles um dilúvio de embarcações. E ficou lindo trepando pelo Araguaia aquele poder de igaras, duma em uma duzentas em ajojo que-nem flecha na pele do rio".

E estava lindíssima na Sol na lapa os três manos um louro um vermelho outro negro, de pé bem erguidos e nus. Todos os seres do mato espiavam assombrados. [...] *Macunaíma* teve ódio. Botou as mãos nas ancas e gritou prà natureza:

'Nunca viu não!'

Quando entraram em São Paulo, ensacou um pouco do tesouro pra comerem e barganhando o resto na Bôlsa apurou perto de oitenta conto de reis".

A inteligência do herói estava muito perturbada. [...] grotões donde gentama saía muito branquinha branquíssima, de certo a filharada da mandioca! [...] eram máquinas e tudo na cidade era só máquina! O herói aprendendo calado".

"E foi morar numa pensão com os manos" (Andrade, 1976, p. 47-52).

Com esses dois fragmentos, procuramos apontar os eventos principais das duas viagens. Observemos primeiramente aqueles reunidos em (2).

Sobressai, de início, que, à exceção do desaparecimento de Vasco de Ataíde, todos os eventos referem-se ao elemento terra: a esquadra chega às Ilhas de Cabo Verde, aparecem sinais de terra, veem a terra, fazem a ancoragem. Se a permanência por mais de quarenta dias no oceano torna esse fato humanamente compreensível, não o torna, por si mesmo, historicamente justificável. Parecem justificá-lo melhor as imposições do destinatário da carta: D. Manuel I e/ou os interesses de Portugal.

Vencido o oceano e tomado como parâmetro o estágio de conhecimento técnico da época, cabia, além das terras, dar ênfase apenas àquilo que, em relação ao parâmetro de domínio técnico, tivesse alguma pertinência, por exemplo, o maior número possível de dados cronométricos, indispensáveis ao aperfeiçoamento da navegação e à orientação de futuras viagens. Se essas eram as informações que interessavam, outras seriam criteriosamente omitidas, tais como o cotidiano dos tripulantes e as curiosidades do percurso.

Referindo-se à carta como um todo, Jaime Cortesão atribui o "prurido de exatidão" de Caminha aos "Vincos profissionais e limitações do ofício", em que pese "seus raros dotes de narrador" (Cortesão, 1943, p. 23). Interessa-nos, no entanto, colocar sob outras bases, a insistência na mediação em geral e na datação em particular. Mais do que revelar uma obrigação diária do ofício e uma contribuição importante para as futuras viagens, preferimos ver essa insistência como parte de uma habilidade cuidadosamente desenvolvida e altamente valorizada, numa época em que "tomar notas, apontar verbas, pesar com método, exação e probidade"(Cortesão, 1943, p. 44) era sinal de considerável conhecimento e, ao mesmo tempo, representava um dos fatores de afirmação dos Estados então em formação.

Lembremos, a propósito, que, se por um lado, "a conquista do Atlântico afro-americano representa tanto no campo material como no campo intelectual, as tendências europeias de universalização" (Nunes Dias, 1969, p. 19), temos, por outro lado, e como contrapartida a essa universalização, o imperativo econômico interno da centralização do Estado, "pré-requisito à expansão ultramarina" dadas a necessidade de mobilização de recursos e "as formas de organização empresarial então existentes, [...], que, por "seu caráter embrionário, revelam-se incapazes de propiciar a acumulação de meios indispensáveis ao empreendimento" (Novais, 1969, p. 49). Era, e os monopólios⁷ comerciais à vista provariam isso, um momento em que universalizar significava centralizar, ao menos do ponto de vista da relação de exploração imposta às colônias.

⁷ Na formulação de Emília Viotti da Costa (1969, p. 67): "Um conjunto de regulamentos e disposições progressivamente restritos prendem a colônia numa teia de monopólios, privilégios e taxas que resultam na sua total subordinação."

Também as precisões sucessivamente alcançadas na técnica de construção naval e de navegação vinham mostrando que a exatidão dos conhecimentos se constituía num requisito indispensável no caminho para o domínio econômico. Ou seja, também no domínio da técnica, universalizar o poder significava centralizar o conhecimento. Prova disso é o ajuntamento pouco ortodoxo de cartógrafos, matemáticos, peritos de navegação, traficantes e informantes de toda espécie, a quem a coroa portuguesa, num ufanismo à lusitana⁸, dotava de altas regalias, celebrizando e passando para a história figuras mitológicas como o chamado "Judeu Gaspar" - informante mercador com grande experiência no tráfico de mercadorias no litoral africano, de caráter "jeitoso e sutil" e portador de outro grande trunfo: era "poliglota".⁹

Assim, o aperfeiçoamento técnico e a expansão comercial eram duas faces da mesma moeda, personificáveis, talvez, de um lado, pelo astuto "Judeu Gaspar" e, de outro, pelo florentino, também célebre, Bartolomeu Marchione, "típico personagem de fenômeno econômico", tido como o "traficante mor de Portugal, estreitamente associado aos negócios do reino" (Almeida Prado, 1965, p. 18 e 19). Como vemos, essa implicação entre a precisão técnica e os interesses econômicos moldava o perfil dos colaboradores.

É nesse contexto que ganha sentido o chamado "prurido de exatidão" de Caminha. Afinal, ele escrevia sob a ordem da centralização, daí a quase total ausência de adjetivos, a ênfase nas distâncias, nos dias e nas horas. Essa profusão de horários, a preocupação com medidas e a referência privilegiada ao elemento terra mostram, portanto, na coleção de fragmentos que estamos analisando, uma centralização temática. Curiosamente, os elementos dessa centralização têm a ver com as noções mais gerais de: tempo (os dias e as horas), técnica (as distâncias e a profundidade) e espaço (as terras). Ou, para redefini-las relacionando-as, a memória (tempo) e o saber (técnica) se articulando em função de expansão (espaço).

Se a expansão, enquanto apropriação pura e simples, incide sobre as terras avistadas, o saber e a memória funcionam como balizamento e referencial em relação ao centro, representado por Lisboa. Em relação a esse centro, instituíam-se, para o Brasil, o ano zero, ao mesmo tempo em que se começava, para sempre, a marcar as distâncias, espécie de relação do espaço consigo mesmo a partir de uma alteridade (ponto de chegada e de partida).

⁸ Sergio Buarque de Holanda, remetendo à época de D. João III, registra a figura de um "certo Filipe Guillén, castelhano de nação, o qual, tendo sido boticário em sua terra, fizera-se passar em Portugal por grande astrônomo e astrólogo, até que, revelado um dia seu embuste, o mandou prender el-rei" (1977, p. 35).

⁹ Diga-se de passagem, o "Judeu Gaspar" foi localizado por Vasco da Gama na sua descoberta do caminho marítimo para as Índias. Deu-se esse primeiro contato graças às informações que lhe chegaram por meio de pilotos indicados por outra figura mitológica, Malemo Canaca. É de se supor as negociatas que sustentavam essa rede de informações. No entanto, Malemo Canaca parece não ter sido o primeiro informante registrado. A respeito dele, que representava a técnica marítima do oriente, Almeida Prado registra o "ocasional encontro" com Vasco da Gama quando este navegava pelo Mar Vermelho. Todavia, o encontro com esse "prodigioso personagem", "Mestre de Navegação e Astrólogo" (ou matemático astrônomo), aconteceu – estranha coincidência – logo após os comandados de Gama entrarem em contato com "barcos de mercadores árabes que empregavam veteranos pilotos no mister, possuidores de dilatados conhecimentos de marinharia" (1965, p. 11 e segs).

Consumava-se, então, no que cabia aos portugueses, o modo de universalização indicado pelo estilo conciso de Caminha. Era a universalização das posses: da terra (de ninguém), do saber (europeu) e da história (do Ocidente cristão), sob o signo da crescente centralização econômica. Prenunciava-se também, para um futuro próximo, um novo modo de organização social: a cidade. Divisão centralizada da terra, repartição centralizada do saber, vida como projeto de eternidade. É a cidade ordenada de que trata Angel Rama, lembrando que os próprios conquistadores que as fundaram, no transcurso do século XVI,

tiveram que se adaptar dura e gradualmente a um projeto que, como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, não lhe sendo suficiente organizar os homens dentro de uma repetida paisagem urbana, pois também requeria que fossem moldados com destino a um futuro do mesmo modo sonhado de forma planejada, em obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais, religiosas, que se iriam impondo com crescente rigidez (Rama, 1985, p. 23).

É nesse projeto que o Brasil, no seu ano zero, entra novinho em folha, atrasado para a história. Na sequência, indígenas miseráveis, negros alienados (de seus territórios e de si mesmos), *Macunaíma* sem a muiraquitã.

Observemos, neste ponto, o fragmento 2a, no sentido de investigar se e como os recursos de universalização e de centralização aparecem na viagem de *Macunaíma* e na *Carta pras icamiabas*.

Bastaria reler os fragmentos reunidos em (2a) para observarmos que é descontrolado o que ocorre com *Macunaíma*. Os seus "quarenta vezes quarenta milhões de bagos de cacau", o seu "dilúvio de embarcações", a desintegração racial dos três irmãos, o seu desentendimento com os seres do mato, assombrados com a sua nudez e a dos manos, o ambíguo tesouro do qual parte é guardada para comer e parte é convertida - moeda tradicional que era - em "oitocentos contos de réis", "a gentama branquinha", "as máquinas", tudo isso só poderia resultar na perturbação da inteligência do herói.

Assim, se nos fragmentos a que chamamos "Preparando a viagem" foi possível ler, pelo abandono da consciência (*Macunaíma*) em Marapatá, o abandono da consciência (Caminha) em Lisboa, os fragmentos que ora analisamos se organizam por meio das categorias de universalização e de centralização, já mais ou menos delineadas acima.

Vimos que, em Caminha, o "prurido de exatidão" denota a ordem de centralização sob a qual se escreve. Vimos também que ela repousa em Lisboa, no cruzamento Igreja/Estado chamado expansão comercial ou mercantilismo. Nos fragmentos extraídos de *Macunaíma*, as enumerações (caatingas, rios, corredeiras, gerais,...); a presença de quantificações numéricas, ainda que em descontrolado (quarenta vezes quarenta milhões...; duma em uma duzentas); a referência à medição solar do tempo (na Sol); a ausência de adjetivos; e, afinal, o estilo 'dépourvu', para usar uma expressão com que o próprio autor caracterizou sua obra (cf. Cavalcanti Proença, 1977, p. 175); todos esses são elementos que conformam a centralização em torno da qual o narrador se orienta.

Porém, essa centralização se reparte no herói na exata medida dos desencontros, das discrepâncias e das defasagens com que ele se marca na relação que mantém com o que de seu é lenda e com o que de seu é história. Assim, o efeito dessa centralização se divide: por um lado, o herói é mais inteiro e concêntrico (enquanto lenda), por outro, mais disperso e fugidio (enquanto história). Configura-se, então, como um centro ao mesmo tempo transparente e fugidio, efeito de duas construções simultâneas em livre combinação entre si: a construção de sua história pela lenda e a construção histórica (processo amplo) de sua história (particular).

Se Pero Vaz de Caminha chega a ser uma personagem lendária da história, *Macunaíma* é um fio de história no universo de muitas lendas. Como sabemos, esse universo é, no romance de Mário de Andrade, cuidadosamente construído a partir da colagem de fragmentos de vivências culturais de várias origens, livremente combinadas. Aparece, nesse modo de combinação, um contraponto modernista ao modo de universalização mostrado na *Carta de Caminha*. Na falta de uma tradição cultural de contornos nítidos, postula-se uma; heterogênea e em livre combinação. Contudo, a unidade cultural, como produto final identificador constituído pelo cruzamento das diferenças, em vez de mostrar-se como dispersão, compõe-se como universalidade. Esse efeito, dado pela forma de composição, tem justamente como base a costura de estilhaços culturais. Essa universalidade aponta, no entanto, para o campo da lenda, compondo o imaginário que contorna o herói e de onde ele costuma verter suas farpas de arrogância. A nosso ver, esse lendário, untado pelas vivências e modos familiares de contar, ao qual a universalidade é remetida, é, para *Macunaíma*, o que aquele "certo ar de piada"¹⁰ foi apontado ser por Roberto Schwartz em relação à poesia pau-brasil de Oswald de Andrade.

Falta-nos, ainda, contextualizar a *Carta pras Icamiabas* na leitura que estamos fazendo de *Macunaíma*.

Se a relação que estabelecemos entre centralização do estilo/universalização das idéias pode valer para *Macunaíma* como um todo, o contraponto a essa regra é justamente o capítulo da carta. A contenção da forma que, a nosso ver, correspondia a um modo de unificação da cultura, despenca, na carta, para o estilo pomposo e desmedido. Nele, o herói sem nenhum caráter exhibe conhecimentos de prosódia, de retórica e de ortografia. Mais uma vez, ele se amolda: mal assimila o "português escrito" e despeja o palavrório em suas "súditas". A prolixidade substitui a centralização da escrita (*Macunaíma* coloniza-se) e a reverberação pretendida não passa das próprias orelhas. A universalidade ressoa só para dentro. Com isso, Mário de Andrade ironiza o provincianismo do país, que orgulhosamente insiste em não considerar o fato de que temos a marginalidade como centro. Como vimos, o autor constrói o caso no sentido inverso, dando um lugar para esse centro (a lenda) e propondo para ele um

¹⁰ "O programa pau-brasil queria tirar o país do estado de irrelevância. Para isso tratava de lhe realçar a inscrição direta, e em posição original, na história da humanidade. [...] Mas sendo Oswald um artista grande e esperto, providenciava contrapeso à sua decisão de colocar no "presente do universo" – [o autor cita o próprio Mário de Andrade] e com sinal energeticamente positivo! - o nosso provincianismo e as nossas relações rurais atroztes: deu a tudo um certo ar de piada. É neste, e levada em conta a situação complexa a que responde, que se encontra a verdade da poesia pau-brasil, um dos momentos altos da literatura brasileira" (Schwartz, 1987, p. 26-28).

certo tipo de universalidade. Sob a ordem do excesso, que caracteriza a construção formal da *Carta pras Icamiabas* e dá a ela ares de universalismo, acontece a ruína da identidade do herói. Alheio à lenda que lhe assegura a centralidade, *Macunaíma* vive a história como eco, na sua forma escrita, transplantada, inespecífica. Esse é o efeito reverso da oposição centralização/universalização no capítulo da *Carta pras Icamiabas*. Como sugerimos anteriormente, a carta é um *a priori* escrito em relação ao caso contado oralmente, e do qual ela faz parte. E é um *a priori* não pela sua precedência em relação à oralidade, mas, ao contrário, porque entra, já pronta, para o caso, isto é, fingindo não passar pela oralidade (ainda que tirada de ouvido), fato que resulta também no seu caráter postiço.

Podemos dizer, portanto, que o universalismo que se ensaia enquanto forma, corresponde, na *Cartas pras Icamiabas*, a uma desidentificação na história e a uma descentralização cultural.

4 A carta: uma interlocução nada óbvia

Tendo mostrado como funcionam as categorias da centralização/universalização em ambos os textos, vamos, a partir dos elementos polares da carta, o remetente e o destinatário, procurar determinar, em rápido esboço, como se dá a interlocução.

Esquemáticamente e considerando o caráter parodístico assumido pela *Carta das Icamiabas*, temos:

(A) *Carta de Caminha*:

Remetente: Pero Vaz de Caminha

Destinatário: D. Manuel I

(B) *Carta pras Icamiabas*:

Remetente: *Macunaíma*

Destinatário: Icamiabas

Sobressai, e já nos referimos a isso anteriormente, a personalidade dada à *Carta de Caminha* pelo modificador "de Caminha". Por outro lado, em *Carta pras Icamiabas*, apesar da presença da locução "pras Icamiabas" falta o caráter quase personificado da primeira. Essa personalidade da *Carta de Caminha* pode ser vista como resultante da ideia de procedência que, à maneira dos nomes próprios de procedência (há discussão se Pero Vaz de Caminha é ou não exemplo disso), nos faz identificar a carta pela sua origem. Outra motivação possível é o tratamento da referida carta como conteúdo pedagógico, em que a associação a um nome próprio se efetua pela menção sucessiva na escola.

Há, no entanto, nesse diferente comportamento linguístico e na ênfase no remetente, em um caso, e no destinatário, no outro, um problema de maior amplitude, relacionado à produção e à leitura. Explicitando-se o remetente, enfatiza-se a produção do texto; explicitando-se o

destinatário, ressalta-se a sua leitura. Com efeito, Caminha escreveu porque era esse o seu ofício. Tanto era o seu trabalho de transformar a viagem em escrita que acabou se tornando uma espécie de relatório. Por sua vez, as icamiabas foram notificadas por escrito por ser a escrita a sua morada. Se, do ponto de vista da história do monarca, Caminha é trabalho, é autoria, é produção de escrita, as icamiabas são possibilidade de trabalho, possibilidade de autoria, possibilidade de produção para a história dos moradores do mato virgem. Quem é mais dono de seu ofício? De um lado, Caminha e a produção da escrita como um dado documental; de outro, *Macunaíma* e o texto como possibilidade de cópia. Ou ainda: do ponto de vista de Caminha, a tarefa (mais ou menos vã) de dialogar com o imperador; do ponto de vista de *Macunaíma*, a projeção verborrágica incontrolável de um automeado imperador. E não sem contradição: de um lado, Caminha e seu gesto inaugural, produzindo “a certidão de nascimento...” da colônia; de outro, *Macunaíma* e seu gesto magistral, promessa de um império que, marcado pela vassalagem, dá voz à metrópole e não se cumpre jamais como tal.

É esse, ao que parece, o jogo que se dá nas interlocuções em cada uma das cartas e que é o modelo que tem se repetido na história das relações Brasil/Europa. A Europa nos interpreta, nós falamos sobre essas interpretações.

Caminha observa e narra sob os olhos do rei (que figura como se fosse o destinatário), as Icamíabas espreitam e ressoam na grandiloquência de *Macunaíma* (que figura como se fosse o remetente). Em Caminha, o controle das informações; em *Macunaíma*, o descontrole na forma. Em Caminha, o olhar que apreende; em *Macunaíma*, a língua solta. É a cobiça que represa no século XVI e a verborragia que, no século XX, ecoa no vazio em São Paulo.

De imperador para imperador: à maneira de conclusão

Em primeiro lugar, a leitura das cartas permite observar: a) no caso da *Carta de Caminha*, um dado de centralização do poder por um estado e um soberano, mostrado pela insistente busca de exatidão para as descrições e os cálculos, como elemento universalizável de uma memória (controle do tempo), de uma técnica (controle dos saberes, inclusive dos que permitiam o deslocamento no espaço) e do próprio espaço (controle dos territórios, pela extensão do espaço de origem para além-mar); b) no caso da *Carta pras Icamíabas*, a centralização do poder é pura quimera e a universalização não passa de contenção, apesar do anúncio hiperbólico – fora de qualquer pretensão de exatidão – de um poder que gira em falso, marcando-se pela perda da muiquitã e de seus atributos sobrenaturais e pelo próprio trânsito do imperador já sem império, que, para solucionar seus problemas mezinhas pede auxílio financeiro às súditas; c) as aproximações entre as duas cartas, marcadamente pelo pedido de ajuda, têm lugar pela sua exploração ao mesmo tempo linguística e histórica, pondo o aspecto lendário do herói mítico na ordem da personagem histórica, ao mesmo tempo em que permite observar o ser histórico encarnado no escrivão oficial em seu aspecto lendário.

Além desses primeiros resultados, podemos dizer que, por tudo o que foi dito, a escrita desempenha um papel central, tanto pela caracterização do registro de Caminha, quanto no registro livresco das Icamíabas. Caminha, que narra sob os olhos do rei, tem que passar com seu relato pela morada das icamiabas para chegar a seu rei:

(3)
(dia 25/04/1500) E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela (Caminha *apud* Cortesão, 1943, p. 211).

O cenário absorve o escrivão no objeto que narra. Sujeito e objeto se apreendem juntos estabelecendo-se um terceiro elemento na interlocução Caminha/D. Manuel: as icamiabas, que, no Brasil, só se reconhecem na escrita.

Com efeito, o elemento “correlativo (tão bem feita e tão redonda ... **que** a muitas mulheres de nossa terra [...] fizera vergonha”), ainda que possa comportar muitas outras intenções (como, talvez, pintar um quadro favorável para atrair mais homens para os trabalhos que então se abriam), introduz de qualquer modo, por ser marca de uma estrutura correlativa, um resíduo na relação escrivão/rei. Essa memória, registrada pela escrita, ao contrário das icamiabas no Brasil - que continuam escondidas nas bibliotecas -, vira lenda em Portugal. É natural que as coisas do Brasil tenham sido relatadas também oralmente por muitos portugueses que aqui vieram, o que cria uma curiosa construção mítica do país: se era, com certeza, corrente no boca-a-boca, estava erigida também na biblioteca. Mais forte, portanto, o seu poder de sedução.

No que diz respeito ao Brasil, ficamos nós com dois degredados e dois grumetes:

(26/04/1500) e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aquí deixassem do que eles dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende. Nem êles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam, quando Vossa Alteza cá mandar. E que portanto não cuidassem de aqui tomar ninguém por força nem de fazer escandalo, para de todo o mais os amansar e apacificar, senão sòmente deixar aquí os dois degredados, quando daqui partíssemos. (Caminha *apud* Cortesão, 1943, p. 217).

Portugal jamais partiria do Brasil, condenando os brasileiros nativos ao degredo em terra própria. Degredo que, como vimos, se dá pela submissão a uma nova circulação no tempo e no espaço, forçada pela história que era imposta ao país.

É o que ocorre com *Macunaíma* que, também ele, marca na sua interlocução, um terceiro elemento.

Nós, nos parece ilustres Amazonas, que assaz ganharíeis em aprenderdes com elas, as condescendências, os brincos e passe do Amor (Andrade, 1976, p. 98).

A necessidade defendida por *Macunaíma*, de importar francesas para o seu império mostra exatamente o mesmo movimento que vimos para a *Carta de Caminha*. Seu desejo é tornar-se luso, europeu, vantagem que ele pensa conseguir quando insiste com as súditas para

que aprendessem sobre as máquinas, adereços e as vaidades da moda que essas desconhecem. Vantagem que ele pensa ser vantagem.

Nem seria preciso dizer, portanto, que também aqui o cenário absorve o herói, concluindo-se na interlocução como terceiro elemento.

Além disso, ao se apropriar da escrita, Macunaíma repete o gesto de Caminha. Tanto mais quando escreve uma carta. Basta ver a referência ao pedido de Caminha (queria o perdão para seu genro e pediu-o no final da carta) quando escreve para pedir dinheiro. Os olhos do imperador, tanto no século XVI, como no século XX, precisam da escrita para chegar às Icamíabas. *Macunaíma* tenta, assim, reinstalar a interlocução com o rei. Porém, Brasil/Europa pelo caminho da escrita não dá muito certo. Até mesmo o papagaio Aruaí deve estar em alguma gaiola na Torre do Tombo; Macunaíma não chega a Lisboa, nem recebe o dinheiro de que precisa.

Além das mediações que estão pressupostas nessa relação binária, há também o terceiro elemento que resulta numa interlocução ternária. Falarão, certamente, muitas outras vozes em cada um desses polos. Quanto aos brasileiros, por meio de seu herói, vão aprendendo calados. Se *Macunaíma* fala pelos cotovelos na *Carta pras Icamíabas* é porque sabe que, nessa relação, talvez só o universalismo pudesse livrá-lo do lugar vazio de que fala.

Financiamento

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento do Projeto Temático *Aprendizes universitários em práticas contemporâneas de letramento acadêmico-científico para a formação de professores e de pesquisadores globalizados* (nº do processo: 2022/05908-0).

Referências

- ALMEIDA PRADO, J. F. de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- ANDRADE, M. de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. 13. ed. São Paulo: Martins, 1976.
- BENSA, A. Images et usages du temps. *Terrain: Carnets du Patrimoine Ethnologique Vivre le temps*. Paris, s/v, n. 29, p. 5-18, 1997.
- CANDIDO, A. A passagem do dois ao três (contribuição para o estudo das mediações na análise literária). *Revista de História*, São Paulo, s/v., n. 100, p. 787-800, 1974. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132672/128757>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- CASCUDO, L. da C. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte, Itatiaia, 1983.
- CAVALCANTI PROENÇA, M. *Roteiro de Macunaíma*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1977.
- CORTESÃO, J. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

LINHA D'ÁGUA

FONSECA, M. A. B. A carta pras Icamiabas. In: ANDRADE, M. de. *Macunaíma o herói sem nenhum caráter* (Edição Crítica de Telê P. Ancona Lopez). 1ed. Unesco, Coleção Archivos, 1988 (1ª. ed.), pp. 278-294. Reprodução do capítulo disponibilizada no site da Academia.edu, com páginas numeradas de 1 a 22: https://www.academia.edu/36937133/A_carta_pras_icamiabas. Acesso em: 17 jan. 2025.

HOLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

PIZARRO, J. La “Carta pras icamiabas”: o la falta de carácter de un héroe imperial. *Revista do IEB*, n. 46, p. 179-199, fev 2008.

RAMA, A. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SCHWARZ, R. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, M. B. N. da. A carta-relatório de Pero Vaz de Caminha. *Ide (São Paulo)*, Volume 33, nº 50, p. 26-35, jul. 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 jan. 2025.

TAVARES DE LIMA, R. *Abecê do folclore*. 3. ed. São Paulo: Ricordi, 1972.

VEYNE, P. *Inventário das diferenças* (história e sociologia). Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VOGT, C. Caminhos cruzando-se. In: *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 7-8.